

O colorismo em Alice Walker e a construção interseccional de feminilidades negras¹

Alice Walker's colorism and the intersectional construction of black femininities

Larissa Silva Fontana²

RESUMO

Esse artigo objetiva compreender a relação entre diferentes tonalidades de pele negra e distintos processos de racialização discursivizados no texto “*If the present looks like the past, what does the future look like?*” da autora negra estadunidense Alice Walker, apontado por textos produzidos nas mídias negras brasileiras como referência para a definição de colorismo como “a diferença de tratamento entre pessoas negras baseada unicamente na cor da pele”. Para tal fim, abordo as diferenças entre as organizações raciais brasileira e estadunidense na relação com o processo de interpelação ideológica e de produção discursiva. As análises da obra de Alice Walker apresentadas demonstram a impossibilidade de compreender o colorismo por uma perspectiva racial que desconsidere os atravessamentos de gênero, classe e sexualidade que constroem feminilidades e masculinidades negras em contextos de histórico colonialista, o que impôs a necessidade de adotar uma perspectiva interseccional de análise discursiva.

Palavras-chave: *Colorismo; Interpelação Ideológica; Feminilidades negras.*

ABSTRACT

This article aims to understand the relationship between different shades of black skin and different processes of racialization discussed in the text “*If the present looks like the past, what does the future look like?*” by the black American author Alice Walker, pointed out by the black Brazilian media as reference for the definition of colorism as the difference in treatment between black people based solely on skin color. To this end, I approach the differences between Brazilian and American racial organizations in the process of ideological interpellation and discursive production. The analysis of Alice Walker’s work demonstrates the impossibility of understanding colorism from a racial

1 O texto apresenta um recorte revisitado de minha dissertação de mestrado, com análises aprimoradas a partir de comentários de pares.

2 Doutoranda UNICAMP.

perspective that disregards the crossings of gender, class, and sexuality that build black femininity and masculinity in contexts of colonialist history, which imposed the need to adopt a perspective of an intersectional approach to discursive analysis.

Keywords: *Colorism; Ideological Interpellation; Black femininities.*

Em pesquisas anteriores, investiguei a mobilização de um discurso sobre raça específico, presente em mídias negras³ atuais, que diz respeito ao colorismo. Nos discursos sobre o colorismo, postos em circulação em contexto de expansão das cotas raciais no Brasil, a miscigenação brasileira é relacionada à existência de uma escala social, política e econômica hierárquica de cores entre a população negra, que garantiria às pessoas de pele clara sofrerem menos preconceito racial e, assim, adentrarem aos espaços de ascensão social. A proporção entre pigmentação e discriminação racial encontra referência na obra da autora estadunidense negra Alice Walker⁴, apontada como precursora do termo *colorism*, que aparece em sua obra “*In Search Of*

3 As mídias negras podem ser compreendidas discursivamente como “espaços digitais de produção de ‘discursos sobre’ que mobilizam os discursos racializados, em sua diversidade, os impondo enquanto objeto a ser (re)significado”, em um processo que simultaneamente (re)constrói tais mídias como “responsáveis por falar sobre a raça, por retratá-la, torná-la compreensível para os leitores” (SILVA-FONTANA, 2021, p. 179).

4 Alice Walker é uma poetisa, escritora e crítica literária negra estadunidense, nascida na Geórgia, em 1944. Sua obra é conhecida por abordar diferentes vivências de grupos minoritários, especialmente das mulheres negras estadunidenses, e por discutir o poder transformador da compaixão e do amor entre mulheres na busca pelo autoconhecimento e pela liberdade frente às opressões.

Our Mothers' Garden: Womanist Prose” (1983), mais especificamente no ensaio “*If the present looks like the past, what does the future look like?*” (1982), onde é definido por ela como: “tratamento prejudicial ou preferencial de pessoas da mesma raça baseado unicamente na cor”⁵. Em suma, nesses discursos sobre o colorismo no Brasil, a definição de Walker é atrelada apenas a uma questão racial.

Apesar da constante citação deste trabalho, vários textos das mídias negras mobilizavam apenas a conceituação sintética de colorismo apresentada por Walker, mas não abordavam as reflexões que a autora desenvolveu em torno dos impactos causados na comunidade negra pela existência de diversas tonalidades de pele em corpos diferentemente marcados por gênero, raça, sexualidade e classe. Vale pontuar que, até maio de 2021⁶, essa obra de Walker não contava com tradução para o português brasileiro, o que constituía um obstáculo para o acesso à discussão completa de Walker. Nesse sentido, a emergência do debate sobre o colorismo nas mídias negras ampliou o interesse em conhecer a discussão da autora acerca do papel do tom da pele na organização racial estadunidense e, conseqüentemente, ampliou também a demanda pela tradução da obra.

Neste trabalho, a partir do escopo teórico da Análise de Discurso materialista articulado a alguns estudos raciais e interseccionais, objetivo compreender a rede de sentidos que relaciona o tom da pele à constituição de diferentes sujeitos racializados e generificados no texto de Alice Walker. Para isso, primeiramente, apresento reflexões sobre como as diferentes organizações raciais precisam ser consideradas na análise discursiva, uma vez que atravessam os processos de interpelação ideológica dos sujeitos. Em seguida, apresento alguns recortes da obra de Walker para compreender as redes de sentido que significam feminilidades negras, considerando as particularidades das condições de produção estadunidenses, em que o racismo aberto (GONZALEZ, [1988] 2020) estrutura as relações capitalistas organizadas pela colonialidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018).

1 Interpelação Ideológica entre raça, gênero e classe

A partir da articulação entre a teoria althusseriana e a produção teórica de Frantz Fanon, Modesto (2018b) analisa como as questões raciais tensionam o processo de interpelação ideológica nas sociedades ocidentais, atravessando os sujeitos racializados por um reconhecimento a partir de um olhar terceiro que atribui lugares específicos de identificação ao corpo

5 WALKER, 1982, s/p, tradução nossa.

6 A primeira tradução para o português brasileiro da obra foi anunciada em fevereiro de 2021 pela editora Bazar do tempo e lançada em 19 de maio de 2021.

dito/denunciado enquanto negro. Nessa perspectiva, o sujeito racializado constitui-se por um processo de dupla consciência, no qual ele próprio se vê no lugar que lhe é atribuído e, simultaneamente, percebe que é identificado dessa maneira pela sociedade.

Na teoria althusseriana, é na interpelação pela ideologia, pelo reconhecimento com determinadas posições, que os sujeitos e os sentidos se constituem simultaneamente. A partir dessas posições, estabelecidas em determinadas possibilidades contextuais, “o sujeito é posto a interpretar de modo que, no movimento de sua constituição enquanto sujeito, os sentidos se mostram para ele de maneira evidente” (MODESTO, 2018b, p. 127). Assim, tal como a ideologia produz a evidência de um “eu negro/a” como um processo que abrange a todos distinguindo-os, produz também a evidência dos sentidos sobre “ser negro/ser negra” (e sobre seus lugares) em determinadas condições de produção. Modesto argumenta que, nos contextos de hierarquização racial, a expressão “olhe, um preto!” convoca o (cor)po à identificação do sujeito, o que singulariza o processo de constituição deste enquanto sujeito racializado a partir de um olhar que coloca “em funcionamento um veredito incontornável e definido pelo outro, gesto que demanda um olhar terceiro e um olhar de si” (MODESTO, 2018b, p. 135). Tal olhar provoca, nesse entendimento, um reconhecimento negativo de si que desliza para uma interpelação estabelecida pela acusação, pela denúncia.

A tese althusseriana de interpelação ideológica possibilita compreender que o movimento que interpela o indivíduo em sujeito é um processo que está constantemente “regendo” nossas práticas e gestos dentro de uma formação social que necessita, a todo instante, (re)organizar os sujeitos e os sentidos para garantir a ordem vigente, sempre tensionada pela luta de classes, ainda que “toda formação social concreta dependa de um modo de produção dominante” (ALTHUSSER, 2008, p. 42). Assim, consoante à argumentação de Modesto (2018b; 2021), é preciso considerar que, em formações sociais com histórico colonialista, esse modo de produção dominante se sustenta em uma luta de classes necessariamente racializada e generificada, travada sob os efeitos de distintas organizações raciais.

Ao se dedicar à compreensão da singularidade da organização racial brasileira, Gonzalez ([1988] 2020) afirma que o racismo, em suas diferentes facetas, foi fundamental para as estratégias de controle estabelecidas pelos povos europeus nos processos de colonização, especialmente ao longo do séc. XIX. A autora compreende que o modelo eurocêntrico de “diferenciação” de raças serviu, num primeiro momento, como uma estratégia colonizatória, em que “o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da ‘superioridade’ do colonizador pelos colonizados”, mas que essa estratégia foi reproduzida e aprimorada de inúmeras formas após a abolição institucional da escravização e a consolidação do modelo econômico capitalista.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica a conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social (GONZALEZ, [1981] 2020, p. 187).

No caso estadunidense, cuja colonização foi marcada pela atuação de povos anglo-saxões, os discursos sobre “raça”, constituídos sob o modelo ariano de explicação, “referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 129), têm como determinantes os dizeres biologicistas ligados à genotipia, à ascendência genética.

O primeiro [racismo aberto] é característico das sociedades de origem anglo-saxônicas, germânicas e holandesas, em que se estabelece que negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros (sangue negro na veia). De acordo com essa articulação ideológica, **a miscigenação é algo impensável (embora o estupro e exploração sexual da mulher negra sempre tenha ocorrido), na medida em que o grupo branco pretende manter sua “pureza” e reafirmar sua superioridade.** Em consequência, a única solução, assumida de maneira explícita como a mais coerente, é a segregação dos grupos não brancos (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 130, grifos meus).

A partir da reflexão da autora, entende-se que a articulação ideológica que constrói discursivamente a superioridade branca produz efeitos de sentido de que haveria uma distinção absoluta e insuperável entre, por um lado, os brancos, cuja origem seria exclusivamente europeia, e, por outro, os afrodescendentes, inclusive aqueles frutos da miscigenação. Esses efeitos se constroem por um amplo contingente de textos oficiais, como legislações e recenseamentos populacionais, que (re)afirmam o dito “caráter determinista” do DNA, do genótipo.

Por exemplo, eliminou, das classificações oficiais, as categorias intermediárias entre white (branco) e negro (preto). Assim, o censo de 1890 incluía as categorias **octoroon** (oitavão; ou seja, uma pessoa com uma oitava parte de “sangue” africano e o resto de origem europeia), **quadroon** (quadrarão; isto é, um indivíduo com 25% de ascendência africana e 75% de europeia) e **mulatto**.

Octoroon e quadroon desapareceriam em 1900; mulatto, que ainda constava da contagem feita em 1920, seria eliminado na seguinte. De 1930 em diante, até 2000, os recenseamentos permitiram tão somente uma classificação para os indivíduos considerados afro-americanos: Negro (categoria essa mudada depois para Negro or [ou] *Black*) (BARICKMAN, 2009, p. 187, grifos do autor).

Exemplo do funcionamento dessa divisão racial marcada pelo discurso da hierarquização genética é a conhecida legislação estadunidense, cuja vigência durou cerca de 60 anos, chamada de “regra de uma gota só”. Segundo tal norma, todo indivíduo que tivesse qualquer grau de ascendência africana era considerado negro e, sob os olhos da lei, não importava se os antepassados desse indivíduo eram predominantemente europeus, tampouco se sua aparência se distanciava do imaginário de fenótipo africano. A norma tinha caráter antimiscigenação e proibia casamentos ou qualquer tipo de relação interracial. Para Gonzalez ([1988] 2020), o efeito desta segregação explícita sobre o grupo negro reforçou a identidade racial individual e coletiva, a qual a autora atribui os avanços da produção científica antirracista e da luta antirracista nos EUA:

[...] é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 131).

Já nas sociedades de origem latina, a autora identifica o funcionamento de um racismo por denegação. Em diálogo com a psicanálise freudiana, Gonzalez descreve essa forma de racismo marcada por um processo em que os indivíduos, mesmo ao formularem seus desejos, pensamentos e sentimentos, até o momento recalçados, permanecem se defendendo destes, negando sua pertença: “enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo ‘à brasileira’ se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (democracia racial brasileira)” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 127). Assim, no funcionamento do racismo por denegação, “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 130) que sustentam a negação de comportamentos segregacionistas com base nas diferenças, raciais ao mesmo tempo em que apagam, marginalizam ou deturpam expressões e corpos de origem indígena ou africana.

Para a autora, essa formação social e racial teria origem na organização hierárquica histórica das sociedades luso-ibéricas que não precisaram se valer de segregações institucionais explícitas – como as de origem anglo saxãs –, uma vez que, pelos confrontos com mouros na formação de Portugal e Espanha, essas sociedades “adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 131) que envolviam uma forma mais eficaz de “alienação dos discriminados”, ainda mais eficiente do que a segregação explícita e institucional.

Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 131).

Os reflexos dessas práticas sócio-históricas no modo como a colonialidade se perpetuou no Brasil seria especialmente a consolidação de uma “ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, [1988] 2020), reproduzida pelos aparelhos ideológicos tradicionais, posta em circulação pelos meios de comunicação de massa e responsável por perpetuar os valores, crenças e corpos brancos e europeus como universais, verdadeiramente humanos e, conseqüentemente, superiores. Os efeitos do mito da superioridade branca sobre o grupo oprimido teriam sua eficácia garantida pelo “estilhaçamento e fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecimento (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com **a simultânea negação da própria raça, da própria cultura**” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 131-132, grifos meus).

Considerando o papel da raça na produção discursiva dada em condições de produção marcadas por históricos colonialistas, Modesto (2021) entende que os processos de racialização são constitutivos da subjetivação e das identificações dos sujeitos com discursos racializados, que, por sua vez, extrapolam os discursos de/sobre raça, indicando um “funcionamento de discursos racializados em larga escala e em diversas instâncias, tecnologias e materialidades à primeira vista não necessariamente inscritas tematicamente

na discussão racial” (MODESTO, 2021, p. 3). Assim, segundo o autor, a noção de discursos racializados não se configura como uma tipologia discursiva ou conteúdo temático que abarque questões raciais, mas como uma discursividade ampla e complexa produzida em contextos de bases colonialistas racialmente estruturados, que é (sempre) atravessada por identificações de gênero, classe, sexualidade, território, e que afeta a constituição de inúmeros discursos outros nessas condições.

Nesse sentido, os discursos racializados apontam para **o processo de racialização das condições de produção, formulação e circulação dos discursos e não para a especificidade de um tema (como raça ou racismo)**. Não se trata de “falar sobre” raça, mas de **ter os processos de racialização atravessando discursividades, ainda que por efeitos do silenciamento, da contradição, da metáfora, da paráfrase, da paródia etc.** Assim, um discurso racializado, em minha perspectiva, dá conta de um funcionamento discursivo atravessado pela memória dos processos sociais e históricos de racialização os quais se manifestam não apenas nos dizeres e imagens específicos de/sobre raça, mas também nos dizeres e imagens que dissimulam seu atravessamento racial, apesar das condições sociais e históricas de uma formação social capitalista e de origem colonial nas quais se insere (MODESTO, 2021, p. 9, grifos meus).

148

Assim, refletir sobre os processos de racialização na sua relação com o discurso é compreender que, mais do que um referente no mundo ou uma referência a (cor de) corpos, designar alguém ou algo como “negro” afeta os processos de identificação e de subjetivação que se relacionam com os diferentes corpos, de diferentes maneiras, em determinadas condições de produção. O contexto estadunidense em que Walker está inserida, por seu histórico de colonização sustentado na segregação racial institucional, é marcado pela colonialidade, enquanto dimensão ideológica que (re)atualiza modos de estruturar as relações de desigualdade e de dominação social, por meio de um processo que reproduz “as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. que foram forjadas no período colonial” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 9).

Em suma, para uma perspectiva discursiva, apreender o funcionamento opaco dos significantes da “raça” dentro da hegemonia de uma formação ideológica (PÊCHEUX, [1975] 2016) colonialista é compreender uma disputa de sentidos desigual, em que os processos de racialização, ao marcarem a alteridade – o corpo outro – a partir de lentes eurocêntricas, exercem papel predominante na manutenção das hierarquias. Esses processos de racialização,

para além de organizarem as divisões desiguais de poder, atravessam o modo como os sujeitos se constituem nas práticas sócio-históricas, das quais discursos racializados fazem parte.

Essas reflexões nos auxiliam, enquanto analistas de discurso, no importante processo de “desnaturalizar” a relação de evidência entre palavra e objeto para fazer intervir os dizeres que sustentam discursividades que constituem sujeitos, corpos e discursos racializados e generificados mesmo quando não se diz, explicitamente, sobre raça e gênero.

2 Um retorno a Alice Walker: tensões de gênero e raça no discurso do colorismo

Publicado em 1983, *In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose* é uma coleção composta por 36 textos por Alice Walker, entre eles ensaios, artigos, resenhas, declarações, cartas e discursos, produzidos entre 1966 e 1982. Os textos são marcados pelas reflexões de Walker acerca do “mulherismo”, vertente teórico-política filiada aos estudos africanos de gênero, a partir da qual ela desenvolve diversas análises literárias quanto à presença (e ausência) de personagens mulheres negras na literatura inglesa.

Em “*If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?*” (1982), um dos textos que integram o livro, Walker analisa uma fragmentação interna à comunidade negra, atribuída ao funcionamento do colorismo, definido por ela como “o tratamento prejudicial ou preferencial de pessoas da mesma raça baseado unicamente por sua cor” (WALKER, 1982, s/p, tradução nossa). Ao longo da reflexão, a autora discute como as diferentes tonalidades de pele dentro da comunidade afetariam as identificações de gênero de mulheres negras, resultando em tensões crescentes entre essas *mulheres* de diferentes tons de pele.

Selecionei e traduzi⁷ alguns recortes⁸ do texto de Walker para compreender os processos de significação que marcam o trabalho da

7 Desenvolver uma análise de recortes traduzidos do inglês estadunidense para o português brasileiro é um modo de estabelecer relações parafrásticas que, ao transporem enunciados constituídos e formulados em uma língua para outra, são possíveis por uma “adequação” de sentido às formas que existem no português brasileiro, adequação exposta aos limites de toda tradução e que não pressupõe que seja possível entrar em contato com um discurso original da língua de publicação. Um exemplo desse exercício foi como busquei compreender e explicitar os efeitos de sentido mobilizados por “*black black woman*” (mulher negra retinta), “*light-skinned black woman*” (mulher negra de pele clara), “*light black women*” (mulher negra clara), “*black-skinned Woman*” (mulher de pele preta), “*dark-skinned black woman*” (mulher negra de pele escura) e outras na relação entre a pigmentação de pele (discursivamente associada ao que é visivelmente não-europeu/ não-branco) e a construção de diferentes identidades negras no contexto dos Estados Unidos, historicamente determinadas pela constatação (ou não) da ascendência biológica, pelo genótipo. Essas nomeações raciais são expressões que circulam de modos diferentes no espaço de enunciação estadunidense e que, por isso, ao serem traduzidos evocam a reflexão acerca dos processos de racialização e genderização que se estabeleceram nos Estados Unidos, o que pretendo discutir nos gestos de descrição e interpretação dos efeitos de sentido que se textualizam no material.

8 A noção de recorte é definida por ORLANDI (1984), enquanto unidade discursiva, “fragmentos

racialização e generificação de sujeitos em formações sociais marcadas pelo colonialismo patriarcal, entendendo que estes processos incidem sobre os modos de subjetivação dos sujeitos.

R1: You may recall that we were speaking of the hostility many **black black women** feel toward **light-skinned black women**, and you said, “Well, I’m light. It’s not my fault. And I’m not going to apologize for it.” I said apology for one’s color is not what anyone is asking. What **black black women** would be interested in, I think, is a consciously heightened awareness on the part of **light black women** that they are capable, often quite unconsciously, of inflicting pain upon them; and that unless the question of Colorism—in my definition, **prejudicial or preferential treatment of same-race people based solely on their color**—is addressed **in our communities and definitely in our black “sisterhoods” we cannot, as a people, progress**. For colorism, like colonialism, sexism, and racism, **impedes us**⁹.

No primeiro recorte, apreende-se o funcionamento de uma denúncia enquanto forma de textualização do conflito (MODESTO, 2018a) entre mulheres negras, mais especificamente, uma denúncia das mulheres negras mais escuras quanto à diferença de tratamento recebido por elas e pelas mulheres negras mais claras. Ao compreender a denúncia como “um gesto de linguagem que constrói e visibiliza um saber, um sentido, uma formulação” que textualiza o conflito, Modesto ressalta o funcionamento da contradição e da diferença em processos discursivos que expõem conflitos, tensões e dissensos funcionando no entrecruzamento de sentidos que, até então, estavam “abafados pelos sentidos dominantes, pelo logicamente estabilizado” (MODESTO, 2018a, p. 116).

correlacionados de linguagem-e-situação” (ORLANDI, 1984, p. 14), a partir do entendimento de que há uma relação constitutiva (e não hierárquica) entre as unidades e o todo, organizada em dadas situações e em determinadas condições de produção. Para Orlandi (2001), por meio dessa operação, é possível compreender o trabalho da variação na unidade textual, ou seja, como o jogo de diferentes formações discursivas são textualizadas. O efeito de unidade do texto, o “todo”, nessa perspectiva, é compreendido a partir do modo como se organizam os recortes em determinadas situações discursivas que não podem ser pensadas isoladamente das condições de produção.

9 Você deve se lembrar que nós estávamos conversando sobre a hostilidade que muitas mulheres negras retintas sentem em relação às mulheres negras de pele clara, e você disse “Bom, eu sou clara, não é minha culpa. E eu não vou pedir desculpas por isso”. Eu respondi que ninguém está pedindo para que alguém se desculpe por sua cor. O que mulheres negras retintas estariam interessadas, acredito eu, é em uma maior consciência, por parte das mulheres negras claras, de que elas são capazes, muitas vezes inconscientemente, de infligir dor sobre as primeiras; e que, a menos que a questão do Colorismo – em minha definição, tratamento preferencial ou prejudicial de pessoas da mesma raça baseado somente em sua cor – seja discutida em nossas comunidades e definitivamente em nossas “(irmã)ndades” negras, nós não poderemos progredir enquanto povo. Porque o colorismo, como o colonialismo, o sexismo, o racismo, nos impede (WALKER, 1982, s/p, tradução minha, grifos meus).

A textualização do conflito atua, então, “na contramão do lógico, fazendo ver o político dos sentidos” (MODESTO, 2018a, p. 116). Nessa perspectiva, a denúncia configura um gesto que divide ao tensionar o estabilizado, produzindo um conflito de sentidos que põe em cena denunciantes e denunciados, sujeitos constituídos pela diferença: “Posições de sujeitos que se constituem, pelo acontecimento da denúncia, **no lugar do antagonismo** que, de um ponto de vista discursivo, não pode jamais deixar de ser considerado contraditório” (MODESTO, 2018a, p. 116, grifos meus).

No recorte, tal conflito, produzido nos efeitos de sentido de antagonismo, se materializa em distintas formas linguísticas. Aponto, primeiramente, o modo como se constroem diferentes predicções entre mulheres negras, que marcam a diferença de tom de pele entre elas. Isso se dá num processo de adjetivação que distingue dentro de uma (suposta) unicidade: mulheres negras (unidade) retintas (diferença) e mulheres negras (unidade) de pele clara (diferença). Outra marca da construção desse efeito de antagonismo reside na designação de ações que determinam algumas relações entre essas mulheres, como em “mulheres negras retintas **sentem hostilidade** em relação às mulheres negras de pele clara”, “mulheres negras retintas **estariam interessadas em uma maior consciência** por parte das mulheres negras claras”, “mulheres negras claras **são capazes de infligir dor** sobre as mulheres negras retintas”.

A instauração deste conflito textualizado nos aponta identificações de gênero e raça distintas que entram num embate interno à comunidade negra estadunidense, o que indica que, se as instituições e os aparelhos ideológicos desta formação social colocam em funcionamento um processo de racialização genotípico, internamente à comunidade negra, as diferenças fenotípicas, aquelas determinadas pelo corpo, apontam uma fragmentação da identidade racial coletiva diretamente relacionada com a construção das feminilidades não brancas e que diz de como o gênero, construído pelo patriarcado colonialista e articulado à proximidade ou distanciamento do que é racialmente valorizado – o corpo branco –, afeta as comunidades racializadas.

Outra operação discursiva presente no recorte é a presença de um sujeito político que, ao construir um “nós” inclusivo (eu + tu / vós / vocês) (BENVENISTE, 1966), busca superar as diferenças estabelecidas pelo colorismo na luta pelo progresso do povo. O jogo entre “mulheres negras retintas” e “mulheres negras de pele clara” faz parte de um processo que parte da diferença para a unidade quando entra em cena um conjunto de formas coletivizadas como “our communities”, “we cannot, as a people”, “impedes us”. Entretanto, se essas formas não são marcadas por indicadores explícitos de gênero, chama à atenção o movimento de determinação presente em “our black ‘sisterhoods’”.

A palavra “*sisterhood*”, marcada pelo feminino já em sua composição morfológica devido à presença de “*sister*”, mobiliza sentidos acerca de uma relação de união feminina, de uma coletividade *de mulheres*, que compartilham de vivências, objetivos e ideais. O dicionário de Cambridge, por exemplo, apresenta, em sua definição primeira para o termo, sua relação com a luta por direitos das mulheres: “*a strong feeling of friendship and support among women who are involved in action to improve women’s rights*” (SISTERHOOD..., 2021, s/p)¹⁰. No recorte, “*sisterhoods*” aparece determinada por *black*, no plural e entre aspas. Aspas que podem indicar uma indagação sobre a (não) apropriação do sentido que o sujeito atribui como “usual” do termo que enuncia.

Para Authier-Revuz (2004), as aspas demarcam uma operação metalinguística local de distanciamento, um lugar de uma suspensão de responsabilidade. Elas sinalizam que o elemento foi encarado pelo locutor com alguma estranheza a partir de uma relação (imaginária) que estabelece com os possíveis sentidos deste elemento. Essa reflexão do locutor sobre sua enunciação é simultaneamente mostrada ao interlocutor a partir do aspeamento: “nesse sentido, pode-se considerar essas palavras aspeadas como ‘mantidas a distância’, em um primeiro sentido, como se mantém afastado um objeto que se olha e que se mostra” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218).

A partir de suas análises, a autora argumenta que o uso das aspas pode explicitar “a oposição do locutor, que o que é designado por uma palavra ‘X’ é, de fato, apenas um pseudo-X, que a palavra X é, portanto, nesse caso, inapropriada [...] é como mapeamento de posições que determinam uma linha de afrontamento” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 226). Em nosso recorte, essa marca de avaliação de inadequação por parte do locutor recorta a memória de uma luta pelo direito das mulheres marcada pela perspectiva das mulheres brancas e pela universalidade excludente e não racializada da vivência feminina, que silenciou as diversas questões raciais que marcam as experiências de vida das mulheres negras em contexto de histórico colonialista.

Se o uso das aspas “coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 226), nesse trecho, as marcas deixadas pelas aspas apontam, local e implicitamente, que os sentidos de luta mobilizados por “*sisterhood*” falam de uma forma de coletividade que não necessariamente cabe às mulheres racializadas, especialmente quando se considera suas diferenças fenotípicas, que produzem ainda uma outra ruptura, a qual tensiona os sentidos que tentam universalizar uma vivência da mulher negra afirmada no singular. Assim, a determinação de raça e a marca de plural joga com os sentidos de “*sisterhood*” para adequá-los aos sentidos de uma luta coletiva de *diferentes* mulheres racializadas, consideradas em sua diferença, inclusive de tom de pele.

10 “Um forte sentimento de amizade e suporte entre mulheres que estão envolvidas em ações para aprimorar os direitos das mulheres” (SISTERHOOD..., 2021, s/p. tradução nossa).

Há, ainda, a especificação de uma parte destas comunidades considerada mais responsável pela discussão: “*definitely in our black ‘sisterhoods’*”. O advérbio produz um efeito de certeza, uma ênfase: é imprescindível que o debate do colorismo seja pautado pelos *coletivos de mulheres negras*. Há a construção de um sujeito político de luta determinado por gênero e raça – as mulheres negras organizadas – que dirigiria o progresso coletivo enquanto *um povo*, o que demonstra como a produção de identificação unitária ou convergente é trabalhada no trecho a partir da pluralidade e da não universalidade de vivência de mulheres negras.

No recorte, aponto o funcionamento de uma espécie de chamamento, uma convocação, que parte das mulheres mais escuras às mulheres mais claras frente à conscientização acerca da dor que estariam causando às mulheres negras retintas e a responsabilidade que possuiriam de pautarem o debate sobre os diferentes tratamentos recebidos pelas mulheres dentro da comunidade negra. Mesmo sendo o colorismo dito como o “tratamento preferencial ou prejudicial de *peessoas* da mesma raça baseado unicamente na cor”, as relações de gênero (em especial as identificações de gênero consideradas femininas) permeiam constantemente como esse tratamento é discursivizado.

Há também a ausência de um agente materializado na definição de colorismo dada pela nominalização “tratamento”: “*in my definition, prejudicial or preferential treatment of same-race people based solely on their color*”. Afinal, quem é responsável pelo tratamento preferencial ou prejudicial de pessoas de uma mesma raça baseando-se unicamente na cor? Essa ausência abre possibilidades para compreender o possível funcionamento de uma hierarquização pigmentocrática no contexto dos Estados Unidos para além da comunidade negra? A fragmentação da identidade coletiva materializada na marcação de diferentes tonalidades de pessoas negras, nas experiências plurais de sujeitos racializados e generificados e nas tensões internas causadas pelo tom da pele afetaria, então, as (tensas) relações que envolvem pessoas racializadas dentro e fora de seus grupos raciais? Se é possível marcar, no fio do discurso, diferentes fenótipos do grupo racializado, é possível que esses sujeitos sejam subjetivados por diferentes processos de racialização, mesmo em contexto de “racismo aberto” (GONZALEZ, [1988] 2020) e de segregação pautada na ascendência genética?

No recorte seguinte, temos um trecho da análise de Walker sobre a obra “Seus olhos viam Deus” (1937), da autora negra Zora Neale Hurston, que conta a história de Janie Crawford, uma heroína afro-americana, descrita como uma mulher negra de pele clara, que não consegue se encaixar nos padrões de gênero da época e que se revolta contra o que a sociedade espera de uma mulher pobre e negra na Flórida de 1930. Ao longo da história, Jane se envolve com diferentes homens negros, que supostamente a cobiçam por sua aparência, motivo pelo qual, segundo Walker, muitas mulheres negras

de pele escura tiveram dificuldade em se identificar com Janie Crawford, apontando, de maneira depreciativa, seus “privilégios de mulata”. No trecho, Walker discorre sobre a relação conturbada entre Janie e seu terceiro marido, Teacake, um homem negro retinto e pobre.

Na análise de Walker, “tanto os homens de pele clara quanto os de pele escura perseguem e pedem em casamento as mulheres de pele clara” (WALKER, 1982, s/p), consideradas como prêmios a serem conquistados, uma vez que seriam mais bonitas por serem parecidas com a mulher branca, prêmio do homem branco. A concepção de gênero abordada pela obra analisada por Walker se sustenta na prerrogativa masculina eurocentrada em que se deve conquistar mulheres consideradas “prêmio” para o casamento e rechaçar aquelas que não são vistas como “premiadas”. A autora avalia que, em contexto de bases coloniais, os homens negros de pele clara possuiriam a vantagem *da cor, da classe e da formação* e, por isso, teriam mais chances de conquistar mulheres negras de pele clara. A partir dessa perspectiva, Walker reflete sobre a reação da personagem de Teacake quando, ao ver Janie sendo apresentada a um homem negro de pele clara que flerta com ela, é dominado pelo ciúme e agride sua esposa.

R2: What is really being said here? What is being said is this: that in choosing the “fair,” white-looking woman, the black man assumes he is choosing a weak woman. A woman he can own, a woman he can beat, can enjoy beating, can exhibit as a woman beaten; in short, a “conquered” woman who will not cry out, and will certainly not fight back. And why? Because she is a lady, like the white man’s wife, who is also beaten (the slaves knew, the servants knew, the maid always knew because she doctored the bruises) but who has been trained to suffer in silence, even to pretend to enjoy sex better afterward, because her husband obviously does. A masochist.

And who is being rejected? Those women “out of the middle of the road”? Well, Harriet Tubman, for one, Sojourner Truth, Mary McLeod Bethune, Shirley Chisholm. Ruby McCullom, Assata Shakur, Joan Little, and Dessie “Rashida” Woods. You who are black-skinned and fighting and screaming through the solid rock of America up to your hip pockets every day since you arrived, and me, who treasures every ninety-nine rows of my jaw teeth, because they are all I have to chew my way through this world¹¹.

11 O que realmente está sendo dito aqui? O que está sendo dito é o seguinte: ao escolher a mulher “clara”, de aparência branca, o homem negro presume que está escolhendo uma mulher fraca. Uma mulher que ele pode possuir, uma mulher que ele pode espancar, pode gostar de espancar, pode se exibir como uma mulher espancada; em suma, uma mulher “conquistada” que não gritará e

Ao descrever as motivações que levam a personagem de Teacake a espancar Janie, Walker analisa as posições de gênero de mulheres negras que se distinguem por suas tonalidades e pelo modo como o imaginário de feminilidade branca determina quem serão as mulheres “premiadas” com o casamento pelo homem negro. Na tabela abaixo, destaco o funcionamento de processos de designação que constroem mulheres negras de pele clara e mulheres negras de pele retinta por oposição, quando condicionadas à relação heterossexual com o homem negro e ao imaginário mobilizado na avaliação que ele faz de suas (não) possíveis esposas.

AGENTE	AÇÃO	PACIENTE	AVALIAÇÃO
Homem Negro	Escolhe		
	Considera		Fraca
	Possui	Mulher Clara	Dama
	Espanca		Silenciosa
	Gosta de espancar		Passiva
	Exibe espancada		Igual a mulher do homem branco
	Conquista		
	Rejeita		Mulher Escura
		Reagente	
		Barulhenta	
		Diferente da mulher do homem branco	

O comportamento da mulher negra de pele clara é significado explícita e exclusivamente por sua relação constante com determinado homem negro – com a imagem de uma performance masculina racializada que reproduziria a masculinidade hegemônica branca. Ao se descrever desta forma uma feminilidade atrelada às mulheres negras de pele clara, significando-as pela proximidade a uma feminilidade hegemônica branca, se significa também determinada masculinidade negra, permeada pela imbricação entre violência, sexualidade e pobreza, atravessada pela dominação patriarcal¹² e pela misoginia resultante desta¹³.

certamente não reagirá. E por que? Porque ela é uma dama, como a mulher do branco, que também apanha (os escravos sabiam, os servos sabiam, a empregada sempre soube porque foi quem tratou os hematomas) mas que foi treinada para sofrer em silêncio, até para fingir que gosta mais do sexo depois da surra, porque o marido obviamente gosta. O masoquista. E quem está sendo rejeitada? Essas mulheres de “fora do meio do caminho”? Bem, Harriet Tubman, por exemplo, Sojourner Truth, Mary McLeod Bethune, Shirley Chisholm, Ruby McCullom, Assata Shakur, Joan Little e Dessie “Rashida” Woods. Vocês, que têm pele retinta e estão lutando e gritando através da rocha sólida da América até a cintura todos os dias desde que chegaram (WALKER, 1982, s/p. tradução nossa).

12 Cf. Hill Collins, 2004.

13 Cf. Silva-Fontana, 2021.

Assim, na relação com essa mulher negra clara, o homem negro, especialmente quando retinto e pobre, é significado pela reprodução das relações violentas e desiguais de gênero e sexualidade vistas na casa dos senhores escravocratas dentro de sua família negra. A perspectiva interseccional adotada neste trabalho permite afirmar que, na comunidade racializada, a violência de gênero não é “somente” uma forma de perpetuar a opressão patriarcal e a superioridade masculina, mas também uma forma implícita e eficaz de consolidar a dominação racial, ao se instituir uma outra divisão hierarquizada, por meio da diferença de gênero, entre os sujeitos racializados: isto é, a identidade racial coletiva é fragilizada pela inferiorização de um sujeito que, mesmo negra, é também mulher. Nos enunciados de Walker, pelo funcionamento do colorismo, as tonalidades determinariam diferentes posições de inferiorização para essas mulheres na ordem colonialista patriarcal.

As mulheres negras retintas, por sua vez, são significadas por uma memória outra, que as constrói como fortes demais para serem possuídas, espancadas e exibidas como prêmios a que se pode espancar; aquela que reage à surra, que não se cala frente à violência, não sofre em silêncio. Ela não é considerada uma dama, pois se distancia – pelo corpo e pelo comportamento – da mulher branca. Assim, ao reproduzir a masculinidade hegemônica branca, o homem negro rejeita a mulher mais escura.

Ao contrário da mulher mais clara, cuja feminilidade é significada na relação heterossexual com os homens, o que produz simultaneamente o silenciamento de suas práticas de resistência às violências patriarcais e racistas, a discursivização da feminilidade da mulher escura é marcada pelos sentidos de resistência e luta, de ruptura da ordem patriarcal colonialista. Uma feminilidade que diz da falha na interpelação da mulher negra em sujeito-mulher-submissa e que tensiona a estabilidade e incontestabilidade das violências colonialistas e patriarcais estadunidenses. Ao ser (re)ditada como resistente à subalternização, pela opressão de gênero e raça, mesmo sob a (constante) dominação ideológica, na insistente repetição de seus gritos e de sua resistência, se evoca uma memória de corporalidade negra reativa, que é ligada a um corpo escuro. E é por meio desta reação e pela luta política que a mulher negra retinta é restituída de feminilidade, uma feminilidade distinta daquela vivenciada por mulheres brancas ou de aparência próxima à branca, uma vez que não necessariamente essa identificação de gênero está atrelada à vivência da sexualidade heteronormativa.

R3: We are sisters of the same mother, but we have been separated— though put to much the same use — by different fathers. In the novels of Frank Yerby, a wildly successful black writer, you see us: the whiter-skinned black woman placed above the blacker as the white man's mistress or the black man's “love”. The Blacker woman, when not preparing the whiter woman for sex, marriage,

or romance, simply raped. Put to work in the fields. Stuck in the kitchen. Raising everybody's white and yellow and brown and black kids. Or knocking the overseer down, or cutting the master's throat. But never desired or romantically loved, because she does not care for "aesthetic" suffering. Sexual titillation is out, because when you rape her the bruises don't show so readily, and besides, she lets you know she hates your guts, goes for your balls with her knees, and calls you the slime-covered creep you are until you knock her out¹⁴.

No recorte 3, a articulação entre gênero, raça, classe e sexualidade mais uma vez marca o modo como, nos escritos de Walker, as feminilidades de mulheres negras de diferentes tons de pele são construídas. Destaco, nesse recorte, como a feminilidade das mulheres negras retintas se significa a partir da relação com o trabalho e com a resistência à dominação colonial e patriarcal. Diferentemente das mulheres negras de pele clara, significadas pela relação de submissão aos homens, os sentidos que marcam esse sujeito "mulher negra de pele escura" são atrelados à sua relação com diferentes atividades de trabalho essenciais para a manutenção do sistema escravista, como o plantio e a colheita, a manutenção da casa grande, o mercado da prostituição, a criação das crianças brancas. Mesmo que essas atividades não apareçam no fio discursivo, elas podem ser recuperadas na associação destes corpos a determinados espaços, na mobilização de construções verbais que designam ações (estuprada, colocada, presa) em que a mulher negra escura é passiva e que evocam um agente implícito com poder para tal, que, nesse contexto, tende a ser o homem branco.

A construção discursiva da feminilidade da mulher negra escura mobiliza sua associação à rebeldia, à coragem, à resistência em embate com a exploração de seu trabalho e de sua condição enquanto mulher: não aceita a dominação pelo feitor no campo, nem do senhor branco na casa. Resiste ao estupro, mas não só, demonstra o desprezo e ódio pela masculinidade branca hegemônica, reproduzida por homens brancos e negros, ao não se calar, ao reagir, ao tentar lutar contra a violência sexual. É dita como um sujeito reativo, o que, segundo Walker, repelia o desejo e o amor romântico que, na perspectiva em análise, mobilizam a submissão, a passividade e a feminilidade normativa.

14 Somos irmãs da mesma mãe, mas fomos separadas – embora tenhamos sido utilizadas da mesma forma – por pais diferentes. Nos romances de Frank Yerby, um escritor negro de enorme sucesso, você nos vê: a mulher negra de pele mais branca colocada acima da mais escura como a amante do homem branco ou o "amor" do homem negro. A mulher mais preta, quando não está preparando a mulher mais branca para o sexo, casamento ou romance, simplesmente é estuprada. Colocada para trabalhar no campo. Presa na cozinha. Criando filhos brancos e amarelos e morenos e pretos de todos. Ou derrubando o feitor ou cortando a garganta do senhor. Mas nunca desejada ou amada romanticamente, porque ela não se importa com o sofrimento "estético". A excitação sexual está fora de questão, porque quando você a estupra, os hematomas não aparecem tão prontamente e, além disso, ela deixa você saber que odeia suas entranhas, acerta suas bolas com os joelhos e o chama de nojento e sujo que você é até que você a nocauteie (WALKER, 1982, s/p. tradução nossa).

O corpo da mulher negra escura, nos recortes, é construído como um corpo de oposição ao sujeito universal homem branco, pela cor e pela resistência à imposição de sua masculinidade. Tal corporalidade retoma memórias de resistência africana que, mesmo em contexto de inúmeras e extremas práticas de violência racistas, segue viva produzindo sentidos incontornáveis, indisfarçáveis e incaláveis, seja pelo corpo, seja pela postura. Memória que ressoa a impossibilidade de erradicar a presença africana da ordem patriarcal e colonial racista que depende da (re)produção constante da raça e do gênero.

Essa memória de insubmissão africana parece interdita, nesses recortes, à mulher negra de pele clara, mesmo que muitas destas tenham resistido. A relação que enfatiza o trabalho e a resistência da mulher negra escura em oposição à posição submissa da mulher negra clara, apaga a exploração do trabalho e a resistência de mulheres negras claras que, enquanto mulheres racializadas, também não eram poupadas do trabalho forçado por terem relações sexuais – muitas vezes sem consentimento – com os homens (DAVIS, [1981] 2016). É válido pontuar, ainda, que além de escravizadas na lavoura e na casa grande, mulheres negras mais claras, frutos de mestiçagem, tornaram-se, em diversas regiões dos Estados Unidos (HILL COLLINS, 2004), o instrumento predileto de homens no mercado da prostituição por apresentarem “características da sensualidade bestial da negra em modos ‘afinados’ pelo sangue branco” (PINHO, 2004, p. 112).

Considerações Finais

As diferentes representações imagéticas das mulheres negras presentes na análise de Alice Walker apontam caminhos para que compreendamos que, em contextos de base colonialista, raça, gênero, classe e sexualidade organizam os corpos femininos negros conforme às necessidades da dominação, explorando ao máximo sua força de produção e de reprodução.

Mesmo que não tenhamos um sujeito branco narrando essa organização dividida interior ao grupo racializado, há aí instituída, pelas lentes do sujeito universal homem branco, uma tensão dentro do grupo racializado mobilizada pela (re)atualização da discursividade da raça ao marcar diferentes fenótipos – uma vez que, nesse contexto, ambas são consideradas pelas instituições como mulheres negras pelo genótipo – articulada às identificações de gênero patriarcais, que posicionam mulheres como rivais na disputa pelo homem. E é essa tensão instituída internamente ao grupo racializado junto ao apagamento da sobredeterminação racista e sexista imposta pela branquitude heteronormativa que aponta como constitutivos de um discurso do colorismo.

Essa construção de distintas feminilidades frente à possibilidade de ascensão social pelo casamento com o homem negro produz efeitos de antagonismo entre essas mulheres, numa espécie de competição pela posição de esposa que, nessa formação social, está imbricada à sujeição feminina ao homem ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, legitima determinada feminilidade enquanto válida para uma prática institucionalizada – o casamento, que configura uma das poucas – se não a única – possibilidades de ascensão ofertada às mulheres negras no contexto das obras analisadas por Walker. Em formações raciais de racismo aberto, de explícita segregação racial institucionalizada e de imposição de relações monorraciais, o que está em jogo é a possibilidade de ser legitimada enquanto sujeito mulher, o que, nessa narrativa, passa pela instituição pública e estabilizada do casamento heterossexual. Nesse sentido, ser significada enquanto corpo resistente à dominação masculina desvalida a posição das mulheres negras retintas enquanto mulheres.

Todavia, por uma perspectiva discursiva, é necessário desfazer a ilusão de causa e consequência que atribui um sentido essencialista e fixo a determinados corpos. Essas feminilidades passivas ou reativas não são fixas a esses corpos, mas construídas em uma relação entre cor, corpo, raça, gênero, classe e sexualidade, que institui corporalidades abertas ao equívoco, à falha e à resistência, que podem ser rearticuladas e manipuladas pelo funcionamento da colonialidade enquanto dimensão ideológica para garantir as distribuições desiguais e hierarquizadas de poder. A cor da pele e a biologização do corpo enquanto essência são aspectos importantes da discursivização dessa corporalidade, mas não são os únicos.

Assim, dois importantes pontos ficam em aberto e clamam por mais reflexões. O primeiro diz respeito ao atravessamento do discurso do colorismo em discursos antirracistas, especialmente quando consideramos que o movimento de resistência negra estadunidense “comoveu o mundo inteiro e inspirou os negros de outros lugares a também se organizarem e lutarem por seus direitos” (GONZALEZ, [1988] 2020, p. 134): o racismo por denegação e a ideologia do branqueamento, presentes nas formações raciais de origem ibérica, também produziram efeitos em contexto estadunidense por sua articulação às hierarquizações de gênero? O discurso do colorismo, ao instituir diferentes posições ocupadas pelos corpos negros, pode produzir rasuras na identidade coletiva (e política) negra estadunidense?

Já o segundo ponto interessa, especialmente, a nós enquanto comunidade latino-americana: quais efeitos essa divisão fenotípica determinada pela (não) proximidade do corpo branco pode produzir em formações sociais com configurações sociais, históricas, econômicas e políticas distintas daquelas estabelecidas na formação social estadunidense? Tais questões são fundamentais para (re)pensarmos as estratégias de resistência à exploração latino-americana articulada por gênero, raça, classe e sexualidade, a qual é historicamente marcada por interesses transnacionais.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade*. Um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BARICKMAN, B. J. “Passarão por mestiços”: o bronzamento nas praias cariocas, noções de cor e raça e ideologia racial, 1920-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 40, p. 173-221, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/2KGOLxQ>> Acesso em: 04 jan. 2021.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. Trad. M.G.Novak & M.L. Neri. Campinas: Pontes, 1988 [1966].
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- HILL COLLINS, Patricia. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. Nova York: Routledge, 2004.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: _____. *Por um feminismo afrolatino americano*. Ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1988]. p. 127-138.
- MODESTO, Rogério. “Você matou meu filho” e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 2018a. [s. n.]. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas: Campinas.
- MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. *Littera online*, [S. l.], v. 9, p. 124-145, 2018b.
- MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1-19, 20 jul. 2021
- SILVA FONTANA, Larissa da. *O discurso do colorismo no Brasil: processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e das mídias negras*. 2021. 288 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de

SILVA FONTANA, L.
*O colorismo em
Alice Walker
e a construção
interseccional
de feminilidades
negras*

Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=1166986. Acesso em: 12 dez. 2021.

SISTERHOOD. In: Cambridge Dictionary. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/2LDFgjF> > Acesso em: 19 jan. 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad: Eni Puccinelli Orlandi et al. - 5a ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016 [1975].

PINHO, Osmundo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. In: *Cadernos Pagu*, n. 23, p. 89-119. 2004.

WALKER, Alice. If the present looks like the past, what does the future look like? 1982. In: _____. *In search of our mothers' gardens: womanist prose*. San Diego, California: Harcourt Brace Jovanovich, 1983.